

**SEGURANÇA ALIMENTAR, UM CAMINHO PARA SE ALCANÇAR O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: O
CASO DO MUNICÍPIO DO SUMBE (ANGOLA)**

Aldair Waldemar Figueiredo Ferreira de Almeida

Mestrando em Gestão das Organizações, Escola Superior de Tecnologia e Gestão -
Instituto Politécnico de Bragança.

Eládio Zacarias Mendes Fina

Mestrando em Agroecologia, na Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de
Bragança.

Área Temática: D) Gestão e Organização

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar, Sumbe, Angola.

SEGURANÇA ALIMENTAR, UM CAMINHO PARA SE ALCANÇAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

O CASO DO MUNICÍPIO DO SUMBE (ANGOLA)

RESUMO

A abordagem sobre a Segurança Alimentar e o Desenvolvimento Sustentável da população angolana tem dominado muitos encontros nacionais. Para dar seguimento a essa preocupação, o Governo elaborou a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) e está em execução a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a disponibilidade e proveniência dos produtos agrícolas dos mercados do município do Sumbe, acesso e consumo por parte da população.

Ao final, concluiu-se que não há informação documentada sobre a Segurança Alimentar no município e que se deve diversificar a produção alimentar.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar, Sumbe, Angola.

INTRODUÇÃO

Perante o binómio necessidade alimentar versus insuficiência produtiva em Angola e olhando para o potencial fundiário do país, cerca de 35 milhões de hectares aráveis, dos quais 30 milhões são virgens e pelo facto de preponderar, maioritariamente, uma agricultura extensiva, torna-se óbvio a relevância de estudos ao nível de segurança alimentar bem como a questão do aperfeiçoamento das medidas no campo da produção e distribuição alimentar às populações.

A subnutrição afeta a maior parte do país, sendo o seu epicentro as regiões Sul e Oeste, com maior relevância para esta última. Região esta que abrange as províncias do Kwanza Sul e Benguela, fortemente assolados com a má nutrição crónica e o maior número absoluto de desnutridos (juntamente com Luanda). Por isso a escolha do Kwanza Sul e propriamente o município do Sumbe para ser diagnosticado a disponibilidade e proveniência dos produtos agrícolas.

Daí, surge o presente trabalho que se propõe a fazer um diagnóstico dos produtos agrícolas disponíveis no mercado do Sumbe, e, assim, trazer à tona os produtos que devem ser produzidos ao nível local, apesar de nos depararmos com uma ausência de dados estatísticos sobre o acesso aos alimentos em Angola o que não permite uma análise mais detalhada.

1 - SEGURANÇA ALIMENTAR

Angola, ao elaborar a ENSAN, formulada em 2009, adotou a definição aprovada na Cimeira da Alimentação de Roma, que enfatiza as quatro dimensões fundamentais: disponibilidade de alimentos, acesso a alimentos, consumo e utilização dos alimentos e estabilidade dos alimentos.

Assim, só existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas têm, de forma permanente, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável, *In*: Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação (FAO, 1996). Este conceito abarca dimensões distintas, como a garantia da produção e da oferta agrícola, o direito de acesso aos alimentos, a qualidade sanitária e nutricional dos

alimentos (*food safety*) e a conservação e controlo da base genética do sistema agro-alimentar.

O Brasil, um dos países mais influentes no debate internacional sobre segurança alimentar, na sua definição que dá importância à questão dos direitos, adiciona a componente de práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja social, económica e ambientalmente sustentáveis (Leão & Maluf, 2012).

Uma outra definição, comumente usada e não muito abrangente, declara que Segurança alimentar é um conjunto de normas de produção, transporte e armazenamento de alimentos visando a segurança do ponto de vista nutricional, de conservação de higiene; livre de contaminação química (agrotóxicos, antibióticos, hormônios, conservantes, etc.) e orgânica (bactérias, parasitas, etc.) prejudicial à saúde (Valente, 2011).

Retrospectivamente e numa visão dada por Pinto (2008) podemos situar as primeiras utilizações desta expressão no Contexto da Iª Guerra Mundial. Nesta altura, a expressão era utilizada com um significado estreitamente ligado à autossuficiência alimentar ao nível nacional para sustentar a alimentação, não sendo feita qualquer referência aos planos individuais ou familiares.

Em meados da década de 1970 o conceito surge de forma mais consistente no contexto das discussões sobre a crise alimentar mundial que se viveu. Nesta década, os *stocks* mundiais de alimentos começam a diminuir drasticamente devido a quebras acentuadas na produção em vários países – entre os quais a União Soviética, a Índia, a China e a Austrália – o que origina subidas abruptas dos preços de cereais e uma consequente crise alimentar à escala global. A FAO organiza em 1974 a sua primeira Cimeira Mundial da Alimentação, na qual resulta um consenso sobre a necessidade de existir uma disponibilidade suficiente de alimentos para alimentar toda a população do globo, e onde os líderes mundiais aceitam, pela primeira vez, a responsabilidade comum de acabar com a fome e com a desnutrição.

No início da década de 1980 começa a desvanecer a ideia de que a disponibilidade alimentar resultante de incrementos na produção agrícola poderia resolver os problemas dando lugar à preocupação com o lado da procura e com o acesso aos alimentos pelos grupos mais vulneráveis. Os trabalhos desenvolvidos por Sen (1981) nesta década influenciaram a mudança de pensamento. Sen defende que a tradicional abordagem da

fome incidindo no abastecimento (disponibilidade) de alimentos se revelou infundada e equívoca para as políticas a seguir e apresenta um método alternativo de análise e abordagem baseado na atribuição de direitos de acesso aos alimentos, i.e., à produção, transformação, comércio e transferência de recursos básicos (Sen, 1981).

A partir da década de 1990 a SA é reconhecida como uma questão desde o nível individual ao global e alguns trabalhos desenvolvidos acrescentam os problemas nutricionais e qualitativos à problemática alimentar. De facto, a disponibilidade e o acesso aos alimentos são necessários, mas não suficientes para garantir segurança alimentar, devido aos problemas de má nutrição ou da qualidade dos alimentos que podem causar situações de insegurança e causar graves problemas de saúde.

No relatório "*O estado da alimentação e da agricultura 2013 (Sofa)*", citado por Giraldi (2013), é destacado que: embora cerca de 870 milhões de pessoas sofressem de fome crónica no período 2010 à 2012, o número representa apenas parte das vítimas. De acordo com o estudo, dois mil milhões de pessoas sofrem de uma ou mais deficiências de micronutrientes, enquanto um mil milhão e quatrocentas têm excesso de peso, das quais quinhentos milhões de pessoas são obesas. Para combater a desnutrição, o estudo propõe que a alimentação saudável e a boa nutrição devem começar no cuidado com os alimentos e a agricultura. Desde a forma como são cultivados, processados e transportados os alimentos influenciam na alimentação. Os especialistas advertem também que é fundamental adequar as políticas agrícolas, o investimento e a investigação para aumentar a produtividade, não só de grãos mas também de legumes, carne, leite, vegetais e frutas, que são ricos em nutrientes.

Em termos gerais e em conformidade com a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) as recomendações feitas no documento (*citado por: Giraldi, 2013*) já estão inclusas na Estratégia Nacional Angolana, no entanto, na prática visualiza-se uma fraca materialização no país.

Podemos assim concluir, que estamos perante a Segurança Alimentar quando a população tem permanentemente acesso físico e económico a alimentos nutritivos e ausentes de contaminação agrotóxica ou orgânica, e que leva em conta a satisfação das preferências alimentares e a componente cultural, social, económica e ambientalmente sustentável duma região ou localidade.

1.1- Pilares da Segurança alimentar

Apresenta-se à seguir os quatro pilares que regem a SAN, ou seja, na falta de um desses elementos estaremos em pura insegurança alimentar - segundo a ENSAN (2009). Por isso, reservou-se este tópico estritamente para falar do calcanhar de Aquiles da segurança alimentar, que envolve:

- A disponibilidade de alimentos;
- Acesso aos alimentos;
- Consumo e utilização dos alimentos;
- Estabilidade dos alimentos.

Disponibilidade de alimentos

A disponibilidade de alimentos é uma dimensão que a par do acesso, estabilidade, consumo e utilização dos alimentos deve estar presente em qualquer estratégia que vise atingir uma situação de segurança alimentar e nutricional. A disponibilidade de alimentos é alcançada quando a produção interna dos sectores da agricultura, das pescas, pecuária, a importação e o aprovisionamento de alimentos, asseguram em quantidade e qualidade sanitária, nutricional e biológica, o normal abastecimento dos mercados (ENSAN, 2009).

Os dados que podem ser usados relativamente à disponibilidade de alimentos em Angola datam da época agrícola 2008/2009 e ano comercial 2009/2010. Contudo, em função do comportamento das variáveis macroeconómicas e ambientais registadas no período de 2009/2012 e na ausência de dados mais atualizados, pode-se deduzir a partir destes dados, qual a situação atualmente mais aproximada à realidade do país, no que diz respeito à existência dos alimentos essenciais.

Acesso aos Alimentos

O acesso aos alimentos refere-se à capacidade dos indivíduos para adquirir alimentos apropriados a uma dieta nutritiva por meio de recursos adequados. O acesso aos alimentos pode ser de ordem física – quando os cidadãos têm pleno acesso aos meios de produção tais como a terra, água, sementes, fertilizantes, bem como o bom funcionamento dos mercados, vias de acesso, permitindo que os alimentos produzidos internamente ou importados cheguem, de forma ágil e regular ao consumidor - ou de

ordem económica – quando as famílias têm recursos económicos suficientes para cobrirem as suas necessidades alimentares básicas, sem comprometer a satisfação de outras necessidades úteis à existência humana (habitação, saúde, educação, informação, etc.). A dimensão do acesso está muito relacionada à existência de uma renda, ou de outros recursos para que se possa produzir, comprar, trocar ou receber alimentos para uma alimentação adequada (ENSAN, 2009).

Tendo em conta que o acesso aos alimentos tem relação direta com o nível de renda, então o mesmo acesso também tem relação com a pobreza, sendo verdade que quanto mais severa for a pobreza, maiores serão as dificuldades de acesso aos alimentos. Os dados do Inquérito sobre Bem-Estar da População (IBEP) realizado em 2008 indica que a proporção da população angolana que vive abaixo da linha nacional da pobreza era de 36,6%. Segundo o documento, o Rendimento médio das pessoas por mês, em todo país é de AKZ 8 767, a nível da Região Centro Sul é de AKZ 7 435 (em Dezembro de 2009, 1 dólar americano equivalia a 88,6 kwanzas), sendo que o Rendimento Mínimo se situa nos AKZ 1 414 no primeiro quintil (nacional) e 1 051 (Região Centro-Sul), o Rendimento dos menos pobres ronda aos AKZ 26 035, em todo território, e na Região que o Sumbe se encontra fica nos AKZ 23 571, para além dos outros quintis (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011).

Consumo e utilização de alimentos

Está relacionada com a nossa questão biológica, com a forma como o organismo ingere, absorve e utiliza os nutrientes e os converte em energia, assim como o estado de saúde que apresentamos (Pinto, 2008). Para a ingestão, refere-se a quantidade e qualidade dos alimentos, de forma a cobrir as necessidades em Micro-nutrientes (vitaminas e sais minerais) e em Macro-nutrientes (Hidratos de carbono, Proteínas e Lípidos), esta dimensão, insere-se no âmbito da necessidade de se garantir a distribuição dos alimentos com equidade dentro dos agregados familiares (questão etária e de género), assegurar a inocuidade dos alimentos, o respeito pelas preferências alimentares e características culturais de cada povo em termos de costumes, tradições ou credos religiosos que se manifestam no consumo de alimentos (p.ex.: a religião muçulmana em relação à carne de porco; o povo indiano em relação a carne de vaca; o arroz como base da alimentação para muitos povos asiáticos, etc.), (Pinto, 2008).

Estabilidade dos alimentos

Para que a condição de segurança alimentar seja mantida de forma contínua (permanente) é necessário salvaguardar a dimensão de estabilidade. Esta diz respeito a vários aspetos: estabilidade em termos dos alimentos disponíveis (nos mercados, sazonalidade da agricultura, catástrofes climáticas, etc.), estabilidade no acesso aos alimentos (garantia de poder de compra, garantia de emprego, garantia de condições logísticas, etc.).

1.3 - Desenvolvimento Sustentável

Há uma relação intrínseca entre Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade e essas duas com Segurança Alimentar. A sustentabilidade tem como base as dimensões económicas, sociais e ambientais. Assim, uma pessoa, uma organização, empresa ou qualquer ação humana, para que seja considerada sustentável deve dar conta dessas três dimensões (Barcellos, 2013). Para a FAO, através da Declaração que emergiu da chamada Agenda 21, trata-se de um conjunto de regras ou práticas produtivas, com preocupações muito restritas ao aspeto ambiental sendo apenas uma das três dimensões referidas por Barcellos.

Não obstante, para um conjunto de ONGs e movimentos sociais que trabalham com o tema, vai-se além da questão da produção agrícola, compreendendo-se a sustentabilidade em suas dimensões ambiental, mas também social, económica e política. Pensar de forma articulada estas dimensões permite deslocar o foco dessa discussão para o homem, em toda a diversidade que comporta.

Junta-se a isso o conceito consagrado de sustentabilidade de Brundtland (1987) no relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento instituída pela ONU, que agrega a variável tempo a essas dimensões, dizendo que temos que satisfazer nossas necessidades atuais económicas, sociais e ambientais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atingir as suas.

Este comprometimento, no que se refere a sustentabilidade alimentar, tem o seu pendor na premissa sobre a qual, a alimentação garante:

- Assegura a sobrevivência do ser humano;
- Fornece energias e nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo;
- Contribui para a manutenção do nosso estado de saúde física e mental;
- Desempenha um papel fundamental na prevenção de certas doenças (ex. obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes, certos tipos de cancro, etc.);

- Contribui para o adequado crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A esse pressuposto anexa-se a ideia que alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares assumindo a significação social e cultural dos alimentos como fundamento básico conceitual. A alimentação se dá em função do consumo de alimentos (e não de nutrientes), ou seja, a ingestão de alimentos não deduz, em si só, a de nutrientes.

O “conceito de desenvolvimento económico sustentável quando aplicado ao Terceiro Mundo ... diz respeito diretamente à melhoria do nível de vida dos pobres, a qual pode ser medida quantitativamente em termos de aumento de alimentação, renda real, serviços educacionais e de saúde, saneamento e abastecimento de água etc., e não diz respeito somente ao crescimento económico no nível de agregação nacional. Em termos gerais, o objetivo primeiro é reduzir a pobreza absoluta do mundo pobre através de providenciar meios de vida seguros e permanentes que minimizem a exaustão de recursos, a degradação ambiental, a disrupção da cultura e a instabilidade social” (Barbier, 1987, pp. 101)

É através deste conceito que se justifica o tema escolhido, pois, nos países de baixa renda é prioridade salvaguardar um mínimo na alimentação para que depois se persiga todas outras componentes do Desenvolvimento Sustentável.

2- SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DO SUMBE

Este tópico é voltado à demonstração dos resultados. São apresentados dados ou indicadores que mostram o potencial produtivo e a situação produtiva do município, tendo como base documentos fidedignos e os resultados dos questionários aplicados nos mercados e na população do município do Sumbe.

2.1- Materiais, métodos e técnicas de pesquisa

Para a realização deste trabalho, fez-se uma pesquisa de campo nos Mercados Paralelos, Supermercados e na População Consumidora. A pesquisa foi feita na parte citadina do município e nas comunas mais representativas ao nível populacional.

Para o desenvolvimento da pesquisa feita, consultamos documentos do Ministério da Agricultura de Angola, da ONU/FAO e outras fontes de informação.

Utilizaram-se métodos teóricos, empíricos e estatístico-matemáticos. Os Métodos Teóricos permitiram a construção da teoria científica, para a elaboração das premissas metodológicas da investigação e a construção das hipóteses científicas, possibilitando a partir dos resultados que obtivemos, sistematizá-lo, analisá-los, explicá-los e descobrir o que têm em comum para chegar a conclusões confiáveis que permitirão resolver o problema; os empregados nesta investigação são:

- Análise e síntese: a fim de determinar os fundamentos teóricos das atividades propostas, bem como indicadores qualitativos para elaborar os instrumentos e avaliar os dados obtidos.
- Indução e dedução: para generalizar ou particularizar conclusões a partir dos resultados obtidos com os instrumentos e técnicas diferentes.

Os métodos empíricos são utilizados para descobrir e acumular um conjunto de acontecimentos e dados com base para verificar a hipótese; dar resposta as perguntas científicas da investigação e obter argumento para defender a ideia. Este método permite ao investigador, a recompilação de dados sobre o comportamento dos factos, fenómenos, objetos e processos da natureza e da sociedade. Utilizaremos neste trabalho:

- Questionário: é um instrumento de recolha de informação, utilizado numa Sondagem. Usamos como uma técnica de investigação composta por várias questões apresentadas por escrito por nossa parte, ao questionado, e que teve por objetivo propiciar determinados conhecimentos.
- Observações: com o objetivo de comprovar a dinâmica dos produtos no mercado.

O Método estatístico-matemático servirá para analisar estatisticamente os dados recolhidos que se basearão na definição de valores percentuais e sua representação em tabelas e gráficos.

2.2 - Caraterização da Amostra

Estudaram-se um total de quatro mercados informais (Kicombo, Feira, Salinas, Bumba) e um supermercado (Nosso Super - Sumbe). Os mercados informais escolhidos, foram selecionados por serem os locais onde há maior concentração de produtos e que maior parte dos consumidores acorrem.

Aplicaram-se dois questionários, que permitiram conhecer um conjunto de aspetos que facilitaram o cumprimento dos objetivos do trabalho. O primeiro questionário aplicou-se a 94 vendedores, que foram selecionados aleatoriamente nos mercados paralelos acima referidos, mais o supermercado (Nosso Super - Sumbe), totalizando desta feita 95 questionados.

Tabela 1: Vendedores questionados por mercado (Informal e Supermercado)

Mercado Informal	Bumba	Feira	Kicombo Municipal	Salinas	Nosso Super
Número de Questionados	24	30	10	22	8
Sexo	Somente Mulheres				

O segundo questionário aplicou-se a 102 consumidores, residentes nas comunas do Sumbe e do Kicombo, selecionados aleatoriamente, onde foram interrogados em locais públicos ou nas suas residências, a aplicação dos mesmos, teve como objetivo conhecer o acesso aos produtos, frequência de consumo e despesas mensais suportada pelas famílias.

Tomamos conhecimento que os questionados eram funcionários dos distintos órgãos do Estado (Funcionários do Governo; Administração Municipal; Professores e Polícias), outros trabalham em Empresas Privadas, bem como por conta própria (Quitadeiras; Lojistas, etc.). O que nos leva a afirmar que a amostra é bem representativa, e com uma variação salarial significativa.

2.2.1 - Caracterização do Município do Sumbe

O município do Sumbe, cuja capital é a cidade com o mesmo nome, pertence a Província do Kwanza Sul, está situado ao longo da costa entre as coordenadas 13° 50'12'7" de longitude Este e 11°11'48" de latitude Sul, na Região Centro Sul de Angola, foi fundada em 7 de Janeiro de 1769 por ordem do então Governador Geral de Angola, D. Inocêncio de Sousa Coutinho, subdividido por um rio denominado Rio Cambongo. Tem uma extensão de 3 890 km², é naturalmente delimitado a Norte pelo rio Queve, a Sul pelo curso inferior do rio Balombo e a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Este tem limite convencional com o município da Conda na aldeia da Cassonga Uku na comuna do Gungo.

Segundo a classificação climática de Koppen engloba-se na faixa de clima tropical quente e semi-árido que caracteriza a aplanção litoral do centro de Angola. Em função da sua localização geográfica, as condições de aridez são muito acentuadas chegando

mesmo a ser considerada uma região com característica de clima árido se considerarmos outros parâmetros, devido à forte evapotranspiração potencial e real que se observa nesta região e à influência, de certa forma, da corrente fria de Benguela.

De acordo a sua eficiência térmica, os valores médios anuais de temperatura do ar variam entre 22°C e 24°C, sendo por isso considerado o predomínio de um clima megatérmico. A estação das chuvas é de cerca de seis meses (Novembro à Abril), variando as precipitações entre os 300 mm e 400 mm, sendo Março o mês mais chuvoso, e Dezembro e Janeiro os meses de menor precipitação, verificando-se normalmente neste último mês um período seco (pequeno Cacimbo). A estação chuvosa coincide com o período mais quente do ano, com um máximo em Março ou Abril (temperatura média diária 26-27°C); os meses mais frios são Julho e Agosto (temperatura média diária 20-21°C).

As oscilações médias diárias da temperatura são sensivelmente uniformes ao longo do ano, sendo que a sua amplitude térmica diurna apresenta valores iguais ou inferiores a 10 o que lhe confere uma característica de clima oceânico. Nos valores médios da humidade relativa observa-se uma variação muito pronunciada sendo que o valor mais alto se encontra entre 75 e 85% chegando a observar-se valores mínimos entre 35 e 45%, sendo mínima a amplitude entre a média dos valores do período chuvoso e os do período seco.

A sua vegetação é predominada por savanas com árvores, arbustos e matas tropicais secas. A sua fauna é variada, com uma variedade de animais selvagens, corça, veado, pacaça e outros. Os tipos de solos predominantes nesta região são os Ferralíticos; Arídico tropical; Ferralítico-paraferralíticos, lavados e os hidromórficos¹.

Segundo as estimativas do Governo Provincial e os seus parceiros, no município do Sumbe há aproximadamente 212 019 habitantes, distribuídos em quatro comunas, nomeadamente: Sumbe, Gangula, Gungo e Kicombo e cerca de 147 aldeias.

2.3 - Situação da Produção Agrícola do Sumbe

O município do Sumbe tem bastantes terras aráveis para um cultivo de auto-suficiência, é circundado a norte e Sul por extensos rios da Região Centro-Sul do país, seu potencial

¹ http://projetosocioagroindustria.com/sobre_kwanza/cobertura_vegetal_solos.html. Acesso em: 15 de Dez de 2013

agrícola é invejável, no entanto, seu aproveitamento fica muito abaixo da sua capacidade produtiva.

Segundo o Relatório Consolidado do Departamento Provincial do IDA (2012), esta região administrativa, teve na 1ª e 2ª época do Ano Agrícola 2012/2013 uma área de terra preparada de 14 238 ha, mas só se cultivaram em 14 218, para culturas diversas (ver tabela 2). Localmente, há aproximadamente 19 012 famílias camponesas e 471 pequenos agricultores.

A seguir, apresentamos uma tabela-resumo, que em muito ajudará a perceber a dimensão atual do nível produtivo do município, é bom esclarecer que se utiliza esta informação, porque é a que oficialmente se emprega, não obstante, se conhece que o instituto não conta com um controlo integral da produção da província. Além disso, os autores deste trabalho consideram que esse conteúdo serve de ponto de partida para estarmos dentro da situação produtiva. Os únicos dados oficiais sobre a produção agrícola, neste período, são esses, demonstrando-se assim o quanto as informações são escassas.

Tabela 2 - Área, Rendimento e Produção 2012/2013

Cultura	Área (ha)	Rendimento (kg/ha)	Produção (ton)
Milho	11 042	350	3 864,7
Feijão/ Macunde	75	200	15
Feijão	640	200	128
Amendoim	980	350	245
Batata doce	800	10 000	8 000
Mandioca	490	10 000	4 900
Banana	191	2 000	3 820
Total	14 218	-	20 972.7

Fonte: Departamento do Kwanza Sul, Instituto de Desenvolvimento Agrário (2012/2013)

Estes dados são a demonstração, de uma forma geral, do que tem sido cultivado no município, pois o Instituto de Desenvolvimento Agrário nas suas campanhas agrícolas geralmente disponibiliza apenas sementes destas cultivares para as famílias agricultoras. Por outro lado, as empresas agrícolas que operam no Sumbe comumente se restringem aos cereais, leguminosas, fruteiras e tubérculos parecidos aos apresentados na tabela, ou enveredam para algumas hortaliças, produzindo, no entanto, de forma insignificante e com Rendimentos médios muito baixos.

O que se comentou anteriormente fundamenta a preocupação sob o nível de produção, a diversificação da produção não é significativa e o pouco que se produz é em grande medida comercializado fora da província, como se pode denotar, e tendo isto como premissa, no que consta do relatório do IDA de 2012/2013 já referido, onde estima-se que 40% da produção é vendida no Kwanza Sul e em Luanda, não especificando qual o destino do restante.

3- Resultados e Discussão

Depois de apresentada a caracterização do município do Sumbe, passemos agora a analisar os resultados obtidos. Para a apresentação dos resultados, teremos como base os três primeiros pilares da Segurança Alimentar que vão servir de base para explicar a demonstração dos resultados.

Teve-se em conta a informação estatística disponível e as análises derivadas dos questionários aplicados aos vendedores e consumidores. O anterior, deu a possibilidade de conhecer a disponibilidade e proveniência dos produtos agrícolas no mercado, a frequência do consumo dos produtos no seio familiar e quanto elas gastam mensalmente para a aquisição destes mesmos produtos. Para o efeito, foram aleatoriamente selecionadas (vendedores e agregados familiares) para responderem aos questionários.

3.1 - Disponibilidade de alimentos

Para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável em Angola, há toda um leque de atividades por serem feitas, mas tudo pode começar pela Segurança Alimentar, no seu sentido mais lato, é necessário conhecer a disponibilidade dos produtos agrícolas nos mercados locais, sendo este um dos elementos fundamentais que garante ou não a existência de Segurança Alimentar, quando se tem como foco os produtos agrícolas, é ainda fundamental saber a proveniência dos produtos, pois isto confere mais veracidade à análise feita.

Pela dificuldade de acesso à informação nos deslocamos até aos mercados informais e supermercados, onde está a maior concentração dos produtos agrícolas, de formas a obter informações que precisamos.

Do questionário aplicado nos diversos mercados do município, apercebemo-nos de que há uma diversidade de produtos que se encontram disponíveis para o consumo da população.

No gráfico a seguir apresenta-se um resumo dos produtos por grupos de familiares (agricultura) presentes no mercado. No mesmo pode observar-se que a maior quantidade é de hortícola e fruteiras que correspondem, as duas, a 74% da produção disponível no mercado.

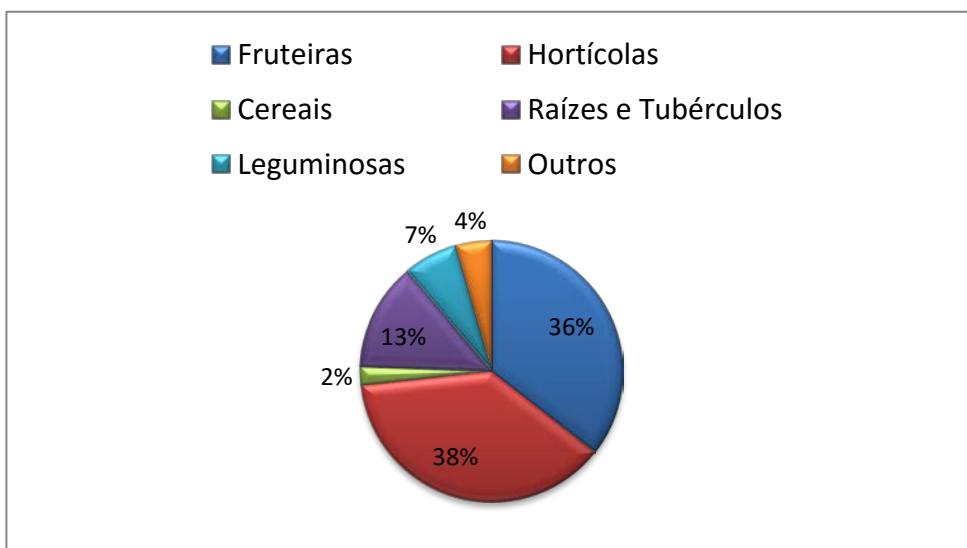


Gráfico 1 -Presença de produtos agrícolas nos mercados agrupados por família

Pelos dados fornecidos no questionário 1, podemos condensar as informações e obter aqueles produtos que estão mais disponíveis nos mercados do Sumbe (ver gráfico 2).

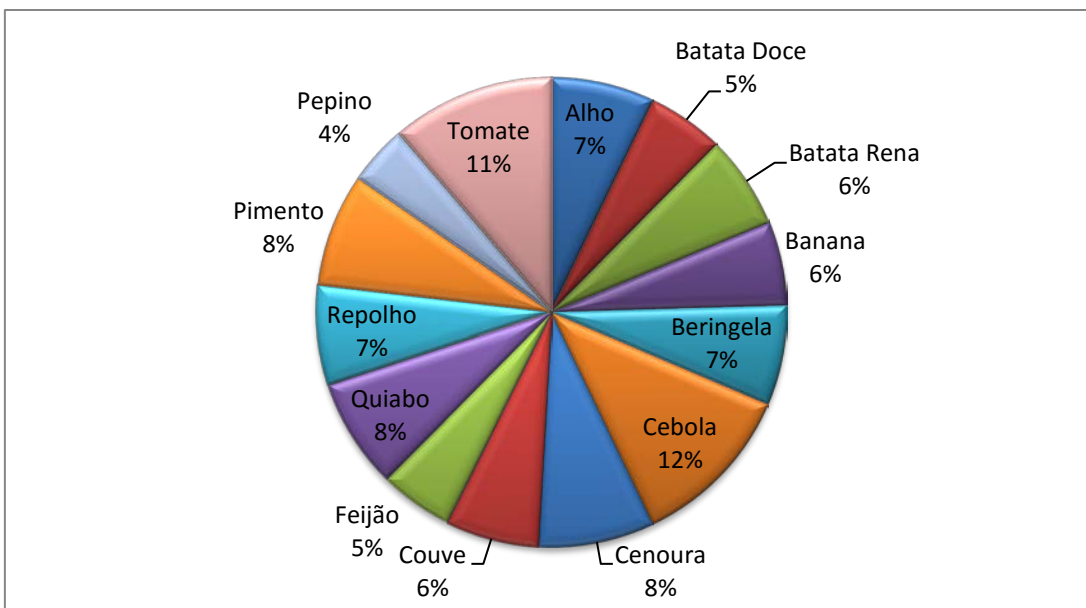


Gráfico 2 - Produtos agrícolas mais disponíveis no mercado

Os produtos que mais se encontram disponíveis no mercado não correspondem aos mais produzidos, assim, partindo da premissa acima referida (o que consta do relatório do IDA 2012-2013) que 40% do que é produzido é comercializado no Kwanza Sul e em Luanda, indagamos o destino do restante da produção.

A partir ainda do questionário 1 derivou a informação de que precisamos para responder a questão da proveniência dos produtos agrícolas que se encontram nos mercados do Sumbe (Ver Gráfico 3).

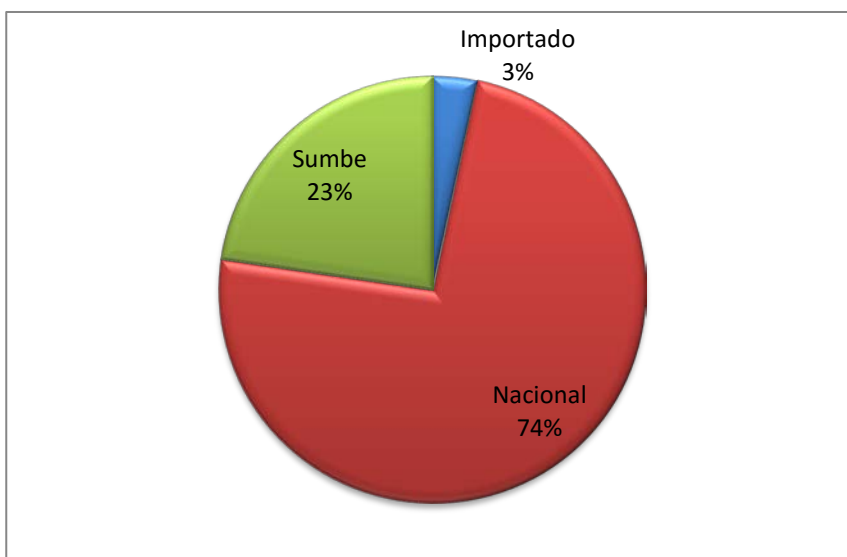


Gráfico 3- Proveniência dos produtos agrícolas disponíveis no mercado

Maior parte dos produtos que estão disponíveis nos mercados são oriundos de outros pontos do país, apenas 23% é local. Se a situação inverter em termos percentuais, ou seja, se maior parte for produção local, diminuiriam os custos de transportação, armazenamento, o que se traduziria em preços mais baixos e maior abastecimento dos mercados com produção local.

3.2 - Acesso aos produtos por parte dos consumidores

A fundamentação teórica criou as linhas mestras de tudo que se está a dissertar, e sobre o acesso, não é exceção. Consideremos para esta parte do trabalho, o acesso de “ordem económica” que tem a ver com os recursos monetários das famílias, sua capacidade financeira em comprar produtos agrícolas, será este o cerne do epígrafa. Para a prossecução dos objetivos, o questionário 2 nos fornece as informações que necessitamos.

A estipulação dos intervalos no questionário sobre “O Consumo de produtos agrícolas no Seio Familiar” na parte das despesas teve como base o Inquérito Sobre o Bem-Estar da População (IBEP), realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, que é, hoje, um dos principais indicadores sobre a qualidade de vida dos angolanos.

O IBEP, no seu relatório publicado em 2011, relativamente ao período 2008-2009, indica como Receitas Médias Mensais (RMM) por pessoa à nível nacional os AKZ 8 767, e como RMM na região Centro-Sul é de AKZ 7 435, e para esta região por volta de AKZ 1 051 as Receitas Mínimas por pessoa.

Partindo do princípio que 1 USD equivalia 88,6 AKZ em Dezembro de 2009, e que, em 12 de Dezembro de 2013 encontrava-se na ordem dos AKZ 97,3 (Segundo o BNA), então, comprova-se uma variação cambial à volta dos 8,95% desde 2009 à 2013, já que, cresceu de 88,6 para 97,3 AKZ. Tornando assim possível deduzir que com um crescimento de 8,95%, o que equivalia 1 051 AKZ aquando da publicação do Inquérito, em Dezembro de 2013 corresponde a 1 145 AKZ.

Apresentados os pressupostos, usamos como referência essa variação cambial, que nos permitirá multiplicar 8,95% a cada valor, de cada Quintil da população, de 2008-2009 para fazer a devida atualização cambial para o ano de 2013.

Tabela 2 – Receitas Médias por Pessoa, segundo os quintis (Kwanzas)

Referência: AKZ

REGIÃO	1º QUINTIL	2º QUINTIL	3º QUINTIL	4º QUINTIL	5º QUINTIL
CENTRO-SUL (2008-2009)	1 051	2 231	3 727	6 663	23 571
ALTERAÇÃO CAMBIAL (2013)	1 145	2 430	4060	7 259	25 680

FONTE: IBEP (2008-2009)

Fez-se também a atualização do Rendimento Médio que passou de 7 435 para 8 100.7 AKZ. Assim, estabelecemos como Iº Intervalo de 1 145 até 8 100.7 AKZ, que corresponde ao valor mínimo do primeiro Quintil e o Rendimento Médio Mensal da região Centro-Sul respetivamente (em 2013). O IIº Intervalo vai de 8 101.7 à 25 680 AKZ (valor mais alto dos Rendimentos Médios Mensais). Por último, fixou-se como IIIº Intervalo os valores superiores aos AKZ 25 681, conforme consta no Questionário 2 sobre o “Consumo dos Produtos Agrícolas no Seio Familiar”.

Do questionário 2, podemos retirar informações úteis para conhecer quanto a população do município destina para a compra de produtos agrícolas.

Após estabelecidos os intervalos, aplicados e analisados ficamos a saber que a população questionada não excede os AKZ 25 680 para compra de produtos agrícolas, e que cerca de 60% destina mais de AKZ 8 101, contra o resto dos 40% a gastar valores inferiores a AKZ 8 100.7 para as suas compras mensais de produtos agrícolas (ver gráfico 4).

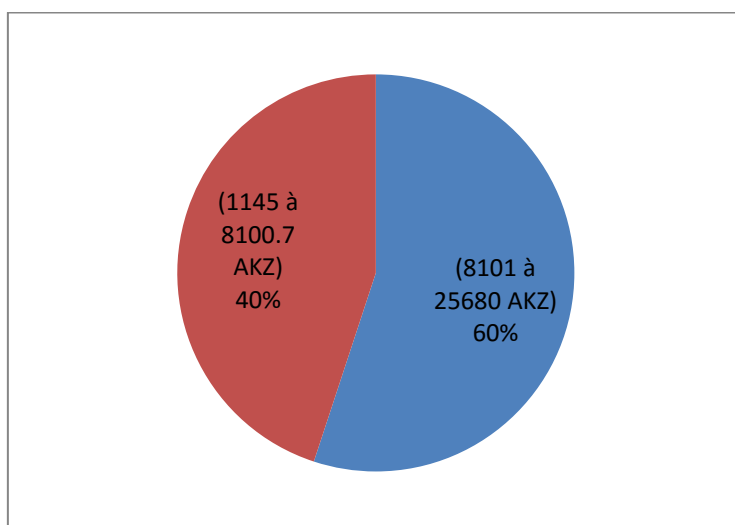


Gráfico 4: Demonstrativo do nível de acesso aos produtos por parte dos consumidores.

Esta proporção pode nos ajudar a compreender que em cada 5 agregados familiares 3 destinam mais de AKZ 8 101 para a compra de alimentos agrícolas. E somente 2 em cada 5 agregados, têm gastos abaixo de AKZ 8 100,7, explicando desta forma o nível de gastos dos questionados. Sendo que com quantias superiores a 8 101 e inferiores a AKZ 25 680 os questionados informaram-nos que conseguem satisfazer as suas necessidades de produtos agrícolas.

3.3 - Consumo e utilização dos produtos agrícolas

A partir ainda do questionário 2, podemos obter dados sobre quais os produtos mais consumidos nos lares e qual a frequência com que os questionados adquirem para o consumo. O gráfico a seguir nos permite ver mais claramente, de acordo o questionário do consumo no seio familiar, os produtos mais consumidos. Obtivemos estas informações graças ao somatório da frequência mensal de compra.

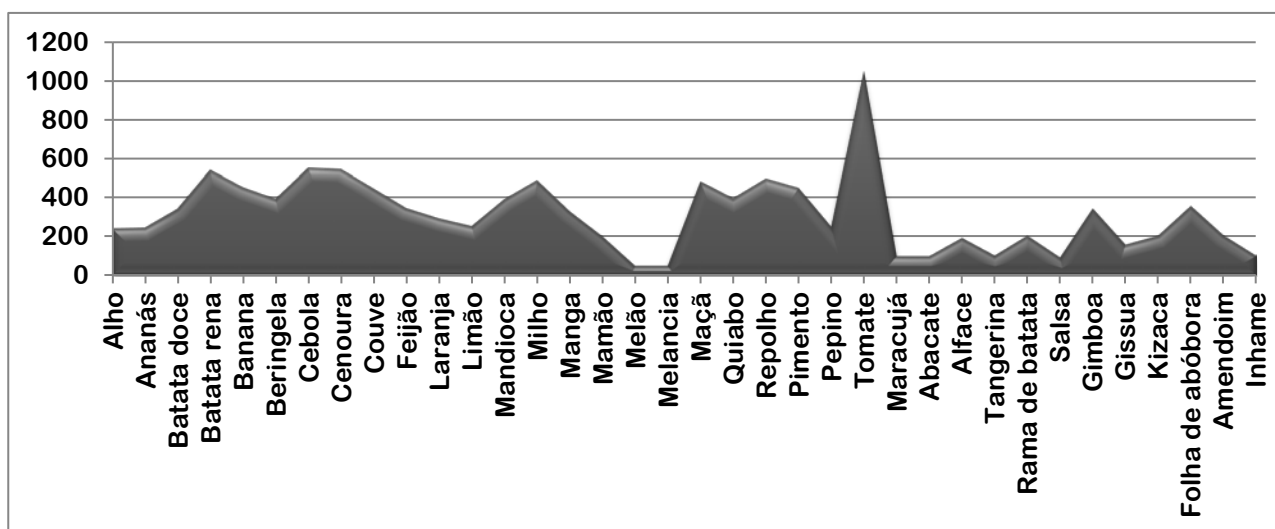


Gráfico 5: Níveis de consumo de produtos agrícolas no seio familiar

Pela observação atenta deste gráfico e a compreensão do exposto na tabela 2, denota-se um pormenor relevante; produtos como o tomate, cebola, batata-doce e rena, milho, dentre outros, são os mais consumidos nos agregados familiares do município, em contrapartida, não são os mais produzidos a nível local criando um déficit na relação produção versus consumo em alguns produtos.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Durante o processo de investigação e análise das informações obtidas, usando as diferentes técnicas de pesquisa, podemos chegar as seguintes conclusões:

- Não há informação documental suficiente referente o nível de disponibilidade, acesso e consumo dos produtos agrícolas no Sumbe, dificultando o estudo sobre a Segurança Alimentar no município.
- Ausência de um estudo que avalie o potencial agrícola do município, de formas a se cultivar plantas que se adaptem as condições edafo-climáticas locais.
- Maior parte dos produtos agrícolas existentes no mercado do município não é produzida localmente.
- Há um consumo diversificado de produtos agrícolas por parte dos consumidores, o que exige a diversificação da produção local.

Tendo por base o exposto as recomendações assentam em:

- Elaborar um estudo sobre o potencial agrícola do município de formas a conhecer as reais potencialidades produtivas do Sumbe.
- Aumentar os níveis de produção agrícola no município, para abastecer o mercado com mais produtos locais.

- Criar estratégias que estimulem a retenção da produção local nos mercados do Sumbe, para evitar a venda dos produtos em outros mercados fora do município.
- Incentivar os produtores locais a cultivarem os produtos que mais são consumidos nos agregados familiares.
- Aumentar os níveis de poder de compra da população, para garantir o acesso económico desta à produção agrícola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbier, E. B. (1987). The concept of sustainable economic development. *Environmental conservation*, 14(02), 101.

Barcellos, N. (2013). *Sustentabilidade: Resultados de Pesquisas do PPGA/UFRGS - O que é Sustentabilidade para você?* Disponível em: «<http://www.ufrgs.br/sustentabilidade/?cat=19.htm>». Acesso em: 22 de setembro de 2013.

BRUNDTLAND, G. (1987). Relatório Brundtland: nosso futuro comum.[SI]: Comissão Brundtland.

ENSAN (2009). República de Angola - Assembleia Nacional. Luanda.

FAO (1996). *Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e plano de acção da Cimeira Mundial da Alimentação*. Roma. Disponível em: «<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM#Note1>». Acesso em: 09 de dezembro de 2013.

Giraldi, R. (2013). *FAO pede que líderes africanos intensifiquem esforços para erradicação da desnutrição e da fome no mundo*. Agência Brasil. Brasília/ DF. Caderno: Internacional.

Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) Relatório de tabelas - vol. II*. Ministério do Planejamento, Departamento de Sensores e Inquéritos Especiais.

Leão, M., & Maluf, R. S. (2012). A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. *ABRANDH, Brasília, BRA*.

Maluf, R. et al (2013). *Caderno de Segurança Alimentar*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/SOS/alimentação/tconferência.html>>. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

Pinto, J. N. (2008). *Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP: Desafios da Articulação em Rede*. IFSN- International Food Security Network.

Sen, A. (1981). *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford university press.

Valente, F. L. S. (2002). Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. *Direito à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 103-36.